



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM PIRACICABA

Data: 26/02/2015

Horário: 9 h

Local: Sala de reuniões da Gerência Executiva, à Travessa Antônio Pedro Pardi, 111 /
Vila Monteiro – Piracicaba / SP

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Marcello de Souza Magnani – Suplente da presidência

Clarêncio Vitti – Serviço de Benefícios – INSS – Titular

Francisco Carvalho de Arruda Veiga – PSF – Titular

Lydia Helena Fagundes Guimarães Gobbato – INSS – Titular

Raquel Correa Bueno – INSS – Suplente

Representantes dos aposentados e pensionistas

Representantes dos trabalhadores

Odair Balioni – Conselho das Entidades Sindicais de Piracicaba – Titular

William da Silva – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e
Financeiros de Limeira e Iracemápolis – Titular

Aparecida de Jesus Pino Camargo – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
Piracicaba e Saltinho – suplente

Representantes dos empregadores

CONVIDADOS

Pedro Luis Totti – INSS

Geraldo Nunes Pereira – Sindicato da Alimentação de Piracicaba

Edson Batista dos Santos – Sindicato da Construção Civil de Piracicaba

Solange Nogueira Gouveia – Sindicato dos Bancários Piracicaba

César do Nascimento Santos – Sindicato dos Bancários Piracicaba

Hereunice Parizoto – Sindicato dos Bancários de Piracicaba

Olívia Brossi – Sindicato dos Bancários de Piracicaba

II – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Eliana Soares Bueno – Presidenta

David Alegria Patinha – Associação dos Aposentados de Limeira – titular

Antônia Patinha – Associação dos Aposentados de Limeira – suplente

Annie Betune Ramalhão – Unidade Técnica de Reabilitação Profissional – INSS –
Suplente

Wagner da Silveira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região – Suplente

Talita de Oliveira Fortuoso – ACIPI – Titular

Simone Viana Torrezan – Sindicato Rural de Piracicaba e Região – Titular

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

IV – ABERTURA

Antes de iniciar a reunião, foi empossada a nova conselheira suplente, representante do governo, Raquel Correa Bueno, que substitui Lawrence Theofilo Santos de Oliveira, removido para outra Gerência Executiva do INSS. Após, verificou-se a existência de quorum e, às 09h30min, Marcello de Souza Magnani – Presidente Suplente, justificando a ausência de Eliana Soares Bueno, por motivo de férias, abriu a 93ª reunião do Conselho de Previdência Social de Piracicaba cumprimentando a todos os presentes.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da XCII reunião deste CPS, ocorrida em 10 de dezembro de 2014 e enviada previamente às entidades representadas foi aprovada sem restrições.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

- 1- FAP – Fator Acidentário de Prevenção

VII – ORDEM DO DIA

1 – FAP – Fator Acidentário de Prevenção

O presidente suplente do conselho Marcello registra a presença de sindicalistas do CONESPI a fim de aprofundar a discussão plenária sobre a pauta “Fator Acidentário de Prevenção” (FAP).

Leitura das atas nº 210 de 30/10/2014 e nº 211 de 27/11/2014 do CNPS, sobre a pauta do FAP, com intervenções dos convidados, ressaltando a importância do tema. Destaque para o trecho no qual o relator do CNPS prioriza sete pontos discutidos nas quatro reuniões do Grupo de Trabalho (GT) FAP, a saber: 1) Cálculo do FAP por Estabelecimento e por Empresa; 2) Exclusão dos acidentes de trabalho com afastamento até 15 dias; 3) Exclusão dos acidentes de trajeto no cálculo do FAP; 4) Exclusão da redução de 25% do FAP na faixa malus (FAP 1); 5) Exclusão do bloqueio de bonificação quando houver casos de morte ou invalidez; 6) Exclusão do bloqueio de bonificação associado à taxa média de rotatividade; e 7) Fiscalização da Tributação do SAT.

É aprovada a Recomendação nº 8 com o seguinte conteúdo: “Considerando o debate ocorrido nas últimas reuniões do CNPS sobre o Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e Considerando a importância da participação de todos os envolvidos nesse debate; REITERA o convite aos representantes do CNPS, Marco Antônio Gomes Perez – Diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional e Josierton Cruz Bezerra – Coordenador de Perícias Ocupacionais do INSS, para participarem da próxima reunião do CPS Piracicaba, dia

25/03/2015; e RECOMENDA que a citada reunião seja ampliada para todos os interessados de Piracicaba e região, com ampla divulgação.”, com envio imediato ao CNPS.

O presidente suplente pergunta se alguma das entidades presentes poderia ceder espaço com a infraestrutura necessária (equipamentos e *coffee break*) para essa reunião, ao que o conselheiro Balioni oferece o espaço do Sindicato dos Bancários de Piracicaba. É solicitado o envio de ofício do INSS formalizando o pedido ao presidente do Sindban de Piracicaba, José Antônio Fernandes Paiva.

O conselheiro Francisco expressa o seu entendimento sobre a dificuldade de passar essa Lei que altera o FAP, porque traz redução na arrecadação e o governo, na atual conjuntura, não está em condições de abrir mão de tributos.

A conselheira Lydia expõe sua preocupação sobre a proposta de exclusão dos acidentes de trabalho com afastamento de até 15 dias, porque impacta em um mecanismo de controle que garante proteção à saúde do trabalhador. Também se preocupa com a retirada do bloqueio de bonificação associado à taxa média de rotatividade, por se tratar de ponto polêmico, sem elementos para um julgamento adequado e uma futura decisão.

O convidado Geraldo, que esteve na apresentação do FAP por Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) e por Paulo César Almeida (DPSSO/SPPS/MPS), em São Paulo, dia 10/11/2014, fala que a estatística sobre acidentes é mais fácil de se obter e em contrapartida, expressa sobre a dificuldade em mensurar os demais adoecimentos no trabalho, impedindo o estabelecimento de uma relação entre a rotatividade e esses adoecimentos. Ele conclui que a questão da exclusão dos bloqueios de bonificação, tanto quando houver casos de morte ou invalidez ou quando associado à taxa média de rotatividade, impede um acompanhamento desses casos pelos sindicatos, porque, hoje, para desbloquear essas bonificações é preciso ação do sindicato da categoria.

O convidado César relata sobre o processo exploratório dentro do banco, exemplificando com seu próprio caso, no qual foi reconhecido acidente de trabalho e ele perdeu benefícios. Também registra sobre a incoerência referente a essas propostas de cortes de benefícios dos trabalhadores e mais benefícios sendo concedidos para os deputados federais e seus dependentes, conforme noticiado na imprensa.

VIII – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO 25/03/2015

- 1- Reunião ampliada sobre FAP

IX – OUTROS ASSUNTOS

O convidado Geraldo do Sindicato fala sobre a importância dessa discussão e também sobre um debate sobre as MP nº 664 e 665, que estão ligadas às essas propostas de alterações do FAP.

O presidente suplente do conselho lembra que a partir do dia 01/3 já entra em vigor e passa a valer as alterações da MP nº 664 que tratam sobre as pensões e auxílio-doença. Os afastamentos de segurado empregado, a partir de 01º de março, passarão a ser pagos pelo INSS após do 30º dia, ou seja, no 31º dia. O cálculo do valor do benefício também muda, passando a ser a média da soma dos últimos 12 salários de contribuição. Para pensão por morte e auxílio-reclusão, de evento ocorridos a partir de 1º de março, será necessário comprovar carência de 24 meses. Essa nova medida só não é aplicada às pensões cujo o falecimento do segurado decorrer de acidente de trabalho ou doença profissional ou de trabalho. Também, a partir de 01/03, o valor da renda mensal das pensões e auxílios-reclusão corresponderá a 50% do salário de benefício, acrescido de mais 10% para cada dependente, até o limite de 100%. O tempo de duração desses benefícios também sofrerá alteração, que será variável, dependendo da idade de expectativa de vida do beneficiário, na data do evento que gerou o benefício (falecimento ou reclusão).

O conselheiro Clarêncio Vitti acrescenta que a MP nº 665, altera o seguro-defeso, sendo que a partir, do dia 1º de abril, esse benefício devido aos pescadores artesanais nos períodos cuja a pesca é proibida, visando a preservação do ciclo de vida de alguns peixes, passará a ser requerido nas agências do INSS, fato que, conforme ele lembra, aumenta a necessidade de mais servidores para compor o quadro das Agências da Previdência Social (APS).

O presidente suplente do conselho apresenta o Ofício nº 1194/CNPS/MPS que responde a solicitação de vagas proposta pelas Recomendações nº 04 e nº 05 do CPS Piracicaba.

X – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o presidente suplente do plenário e deste Conselho, Marcello de Souza Magnani agradeceu a presença de todos e, às 10h30, declarou encerrada a XCIII reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Piracicaba. Para constar, eu, Mônica de Oliveira Pasini, nas funções de secretária deste conselho lavrei esta ata.

Piracicaba 26 de Fevereiro de 2015.

Marcello de Souza Magnani

Presidente Suplente do CPS